DEMOCRACIA EM JOGO: ASPECTOS CONTROVERSOS DO DIREITO ELEITORAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Maicom Da Silva Rosa
Luciana Calado Pena
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O direito eleitoral é um componente essencial da democracia, refletindo a interação entre a legislação e a vontade popular. No Brasil, a Constituição de 1988 estabelece os fundamentos do sistema eleitoral, consagrando princípios como o sufrágio universal e o pluripartidarismo (BRASIL, 1988). No entanto, a aplicação dessas normas enfrenta desafios significativos, como a manipulação política, a desinformação e as desigualdades sociais. Este trabalho busca analisar os aspectos controversos do direito eleitoral brasileiro, examinar as leis pertinentes e discutir seus impactos na sociedade contemporânea. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como as normas eleitorais moldam o cenário político e influenciam a participação cidadã.

Objetivo

Investigar os aspectos controversos do direito eleitoral no Brasil, analisando suas implicações sociais e políticas. Pretende-se identificar as principais leis e artigos que regem o processo eleitoral e discutir como essas normas afetam a dinâmica da democracia no país.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica de obras de referência sobre direito eleitoral e análise de documentos legais. As principais fontes incluem a Constituição Federal de 1988, o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) e legislações recentes que impactam o processo eleitoral, como a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 12.034/2009 (que alterou a Lei nº 9.504/1997), a Lei nº 13.165/2015 (Lei da Ficha Limpa) e a Lei nº 14.206/2021 (que também alterou a Lei nº 9.504/1997). A pesquisa foi complementada por entrevistas com especialistas da área jurídica e análise de dados eleitorais disponíveis em plataformas oficiais

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as normas eleitorais brasileiras, embora robustas, apresentam lacunas que podem ser

exploradas para fins políticos. A análise das leis revela que práticas como a compra de votos e a desinformação nas redes sociais comprometem a integridade do processo eleitoral. Além disso, a desigualdade no acesso à informação e aos recursos financeiros perpetua um ciclo vicioso de exclusão política. A discussão destaca a necessidade urgente de reformas que garantam maior transparência e equidade no sistema eleitoral.

Conclusão

Em suma, o tema "Democracia em Jogo: Aspectos Controversos do Direito Eleitoral e Seus Reflexos na Sociedade" nos coloca diante de um debate crucial sobre a saúde da democracia. As leis eleitorais, embora fundamentais para a organização de eleições justas e transparentes, geram controvérsias que reverberam na sociedade. A busca por um sistema que garanta a participação cidadã e a representatividade, sem abrir brechas para a manipulação e a desigualdade, exige um debate constante e crítico.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. Brasília, DF: Senado Federal, 1965.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 1997.
- BRASIL. Lei nº 12.034, de 28 de outubro de 2009. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.165, de 10 de março de 2015. Dispõe sobre a inelegibilidade de candidatos a cargos eletivos. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.
- BRASIL. Lei nº 14.206, de 14 de setembro de 2021. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 2021.